

Memórias e trajectórias identitárias de mulheres de militares no activo em 25 de Abril de 1974

Autora: **Sónia Dantas**

Palavras-chave: memória/identidade/25 de Abril/mulheres

A minha comunicação terá como ponto de partida o trabalho desenvolvido no âmbito do meu doutoramento, no qual procuro, através da análise de entrevistas qualitativas semi-estruturadas a mulheres de militares no activo em 25 de Abril de 1974, conhecer a forma como o 25 de Abril é recordado (e esquecido), interpretado e integrado nas suas trajectórias identitárias, em que medida essa memória (narrativa) contribui para a (re) estruturação do conhecimento sobre aquele evento e para a relação que elas estabeleceram e estabelecem com os outros e com o mundo social (nas suas várias dimensões: pessoal, familiar, afectiva, relacional, ideológica, política, sócio-participativa)

O 25 de Abril, presta-se a uma pluralidade de análises e significados e, assim, configura um território possível de conhecimento das suas condições concretas e historicamente situadas (um conhecimento situado) e – através da especificidade e subjectividade da sua representação na memória e na construção identitária das mulheres de militares – permite a análise crítica e reflexiva dos processos de exclusão e de silenciamento dos sujeitos da sua própria história através de práticas político-culturais dominantes.

Serão as vivências e memórias destas mulheres sobre o 25 de Abril e o seu papel na construção do seu estatuto identitário (pessoal e social) que interessará compreender, tendo em conta que a identidade e a memória se constroem, mantêm e modificam através das (várias) interpretações da realidade que resultam da relação com os outros e com o mundo.

Como pressuposto conceptual subscrevo uma perspectiva dinâmica da identidade, socialmente construída nas interacções sociais, num processo de

transacção entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia, que actualiza e/ou reforça o sentimento de pertença a um ou vários grupos sociais, conforme o valor e significância simbólico-emocional que o indivíduo atribui a essa pertença.

Na construção da identidade, a articulação entre dimensão pessoal e social, entre o público e o privado, o real e o imaginário, faz-se através da elaboração (e contínua re-elaboração) de práticas discursivas, que reflectem também a posição social e simbólica do sujeito, a sua posição no sistema de poder e de trocas desiguais nos diferentes momentos e contextos.

Apesar do carácter social e colectivo da memória, grupos sociais diversos (e diferentes indivíduos) partilham memórias diferentes em relação ao mesmo evento, atribuindo-lhes uma significação que circula entre o singular e o colectivo, o pessoal e o social. Esta memória partilhada expressa-se nas práticas sócio-culturais dum grupo ou comunidade (comemorações, monumentos, discursos políticos, actividades artísticas...) e constitui-se a partir dum jogo de inclusão/exclusão, recordação e esquecimento que traduz as relações de força (dominação) entre os actores sociais presentes num espaço e tempo histórico determinado.

A matriz teórica-conceptual desta investigação radica na articulação destes conceitos: identidade e memória, na medida em que a primeira está directamente relacionada com a produção e manutenção da(s) memória(s), é através desta(s) que o sujeito e a comunidade se perspectivam numa dimensão espacio-temporal, articulam uma narrativa (uma história) sobre o passado e se posicionam face a ela.

Assim, face às 30 entrevistas já realizadas e transcritas, optei por proceder a uma análise exploratória das mesmas, procurando dar conta da sua complexidade e heterogeneidade, sendo necessário prestar atenção tanto às particularidades, às contradições, como às suas regularidades.

As entrevistas encontram-se repartidas pelos 3 grupos considerados no projecto de investigação: mulheres de oficiais de carreira; mulheres de oficiais milicianos e mulheres de não oficiais (milicianos ou de carreira), permitindo assim proceder a uma análise global dos aspectos/dimensões mais salientes em cada um dos grupos referidos, bem como avaliar em que medida as categorias de análise se encontram saturadas (isto é, em que medida é que a

realização de novas entrevistas pode ou não trazer mais informação relevante para o estudo).

Pese embora a singularidade da experiência individual, do percurso e vivência contados por cada uma das protagonistas, é possível encontrar algumas regularidades, quer nas dimensões sociodemográficas, quer nas vivências e memórias sobre o 25 de Abril e o período revolucionário, quer ainda na forma como essas experiências são/foram integradas na construção da sua identidade pessoal e social.

As entrevistas foram quase todas realizadas em casa das entrevistadas, num contexto de relativa informalidade, criando um clima de proximidade entre mim e as entrevistadas.

Do ponto de vista geográfico, os locais onde se realizaram as entrevistas são variados; 4 entrevistas foram realizadas em Lisboa, 3 em Viseu, 3 em Braga, 1 em Guimarães e as restantes na zona do Grande Porto.

A duração das entrevistas também é muito variável, tendo a entrevista mais curta cerca de meia hora e a mais longa cerca de duas horas.

No decurso das entrevistas procurei evitar as questões directivas, procurando “quebrar o menos possível” o fluir do discurso da entrevistada, mesmo quando a conversa tomava percursos mais longos e sinuosos, em torno dos temas que eu pretendia desenvolver.

Deste modo, apesar de existir um guião de entrevista, as entrevistas não seguem uma estrutura rígida, antes vão evoluindo naturalmente para a forma duma conversa, fluindo sem pressa sobre as temáticas abordadas.

A diferença de idade entre mim e as entrevistadas – e, conseqüentemente, o facto de eu não ter memória (enquanto adulta) do 25 de Abril –, bem como o facto de eu ser mulher são também aspectos que influenciaram a dinâmica da situação de entrevista. Ao pertencer a uma geração substancialmente diferente (sempre mais próxima da dos filhos), eu “não tinha estado lá”, não tinha vivido as situações sociais e políticas a que as entrevistadas se referiam, não podendo contrapor experiências próprias que de algum modo contestassem a sua visão, permitindo-lhes assim uma margem de liberdade maior na forma como construíram o seu discurso. Por outro lado, o facto de eu também ser mulher gerou cumplicidades, nomeadamente na avaliação/comentários dos comportamentos masculinos (“eles são assim, não

é?”) ou de estratégias entendidas como femininas (sabe como é!), contribuindo para a construção duma intimidade assente na partilha da mesma condição/pertença social.

Na maioria dos casos, a situação de entrevista constituiu o primeiro encontro entre mim e as entrevistadas e por isso estas procuraram situar-me quer do ponto de vista político, quer profissional. Durante a entrevista são vários os apelos à minha participação (“não me lembro bem, parece-me que é assim, não é?”) e apoio (“Porque as pessoas confundem liberdade com respeito! Não acha?”).

Analisando o conjunto das entrevistadas podemos constatar que estas têm entre 52 e 66 anos, sendo que a maioria se situa na faixa etária dos 50 aos 55 anos. É no grupo das mulheres de militares de carreira que a média de idades é mais elevada.

Ainda, a maioria das entrevistadas reside actualmente na mesma localidade em que residia no 25 de Abril, apesar de nem sempre a sua área de residência ser coincidente com a sua localidade de nascimento.

Por outro lado, existe uma grande diversidade de situações ao nível da escolaridade, bem como ao nível socioeconómico e laboral das entrevistadas.

A maioria das entrevistadas está ligada a profissões relacionadas com o ensino, mas algumas não exercem uma profissão remunerada e outras têm empregos pouco qualificados (caixa de supermercado, empregada doméstica, operária têxtil). Ao nível da escolaridade, verifica-se também o mesmo padrão dispersivo; desde analfabetas até uma entrevistada que possui o doutoramento.

Passo agora à análise global de cada um dos grupos considerados.

No grupo das **mulheres de oficiais milicianos** posso constatar que quase todas as entrevistadas todas possuem formação académica superior, são professoras ou estão ligadas ao ensino (ensino secundário ou superior), têm filhos e os maridos também possuem formação académica superior.

É também neste grupo (e ao contrário dos outros dois) que algumas das entrevistadas apresentam alterações no estado civil, após o 25 de Abril, passando à condição de divorciadas.

Relativamente a experiências comuns, quase todas referem o impacto que o contacto directo com a universidade e com os movimentos estudantis

dos anos 60 tiveram na sua politização (oposicionista) e, ainda, o facto dos maridos se terem envolvido activamente no processo revolucionário, enquanto militares.

Neste grupo é também notória a preocupação com o desenrolar da guerra colonial, entendida como absurda e injusta. Face à inevitabilidade da prestação do serviço militar obrigatório por parte dos maridos, com a possibilidade real do embarque destes para as ex-colónias, essa preocupação aumenta, bem como a consciência da incapacidade de Portugal em resolver a situação de guerra do ponto de vista militar.

Importa ainda referir que apenas uma das entrevistadas deste grupo refere o facto do marido ter estado envolvido directamente com o MFA na preparação do 25 de Abril.

No grupo das **mulheres de oficiais de carreira** posso constatar que todas as entrevistadas mantêm o estado civil de casadas, o mesmo que já tinham na altura do 25 de Abril e que todas são professoras (educadoras de infância ou ensino básico). Também quase todas têm filhos.

Na altura do 25 de Abril, todas as entrevistadas tinham formação académica de nível médio e cerca de metade frequentou o ensino superior no período pós-25 de Abril.

Todos os maridos destas entrevistadas tiveram comissões de serviço na guerra colonial, mas apenas uma delas acompanhou o marido durante esse tempo.

A grande maioria dos maridos destas entrevistadas era membro do MFA e estiveram directamente envolvidos nas operações militares do 25 de Abril, sendo que todas as mulheres tomaram conhecimento prévio que algo se ia passar nesse dia (acção político-militar), apesar de não terem pormenores do plano de acção. Importa também referir que a maioria dos militares referidos pertencem ao ramo do exército, o mais representado no Movimento das Forças Armadas (MFA).

Saliento também que uma das entrevistadas já era politicamente activa antes do 25 de Abril (o marido é oficial da marinha) e continuou a sê-lo no período revolucionário.

Finalmente, no grupo das **mulheres de não oficiais** (quer sejam milicianos ou militares de carreira) pude verificar uma maior dispersão e

variabilidade nos percursos e vivências das entrevistadas, bem como nas dimensões sociodemográficas.

A maioria das entrevistadas deste grupo são casadas, cerca de metade têm filhos, existindo no entanto uma grande variabilidade ao nível da formação académica e, simultaneamente, ao nível da inserção socio-laboral.

É neste grupo que, ao nível das relações socio-familiares, é mais visível a existência dum modelo de relação conjugal e familiar assente numa lógica mais tradicional (papéis sexuais muito diferenciados, modelos educativos discriminantes em função do género).

A "ida à tropa", no quadro do serviço militar obrigatório, é entendida neste grupo como uma etapa normal no crescimento e formação masculina, mesmo num contexto de guerra, como era o caso em Portugal na altura do 25 de Abril.

Aliás, também a situação da guerra colonial é referida por estas entrevistadas, mas existe uma dificuldade em problematizá-la, demonstrando estas um certo alheamento em relação ao que se passava. O que se torna evidente é o medo da situação de guerra, da morte ou dum regresso dos namorados/maridos com deficiências.

Neste grupo, poucas são as entrevistadas que tiveram envolvimento político durante o período revolucionário e, na maioria dos casos, existe alguma dificuldade em posicionar no espectro político os diferentes protagonistas da revolução.

Nesta análise global das entrevistas recortam-se configurações específicas, em função dos grupos considerados, quer ao nível das dimensões sociodemográficas, quer nos percursos e vivências das entrevistadas. A emergência das particularidades necessita dum trabalho de análise mais fino, assente na produção de categorias de análise que tenham em linha de conta as especificidades dos percursos, vivências e discursos.

Desta análise ressalta também a necessidade de realizar mais entrevistas que vão de encontro a questões suscitadas pela leitura destes dados.

O grupo das mulheres dos oficiais milicianos é sem dúvida o mais representativo das classes dominantes e, no entanto, nesse grupo, a maioria das entrevistadas afirma-se como opositora à ditadura. Torna-se assim

necessário entrevistar mais mulheres que, de algum modo, estivessem ligadas ao regime. Ainda, torna-se necessário compreender se existiam mecanismos que “protegessem” os filhos das elites da prestação do serviço militar obrigatório em contexto de guerra.

No caso do grupo das mulheres de oficiais de carreira é necessário proceder a mais entrevistas, nomeadamente a mulheres cujos maridos não pertenciam ao MFA. Estando a instituição militar no cerne dos eventos desenvolvidos a partir do 25 de Abril, como é que o processo revolucionário foi vivenciado e interpretado nesses casos?

No caso do grupo das mulheres de não oficiais, a variabilidade é maior. Assim, a realização de mais entrevistas permitirá uma melhor compreensão do clima político-social vivido em diversos locais, por diferentes sujeitos.

Olhar para as entrevistas e “ouvir” as entrevistadas implica assumir a condição (inicialmente) de cronista, de contadora duma história portadora de sentido. E é verdade que a procura de sentidos colectivamente partilhados muitas vezes faz desaparecer a voz de quem fala, a sua singularidade vivencial. E eu penso que é na articulação destas dimensões que se deve situar uma análise complexa, que valorize a autonomia do indivíduo, por referência aos mecanismos e processos sociais que constituem a(s) ordem(ns) social (is) dos espaços que este habita.